



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). Fonte: <https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/9397>. Acesso em: 20 jul. 2026.

Referência

BARROSO, Eloisa Pereira. A assistência estudantil na UnB nos anos de 2018 a 2023: entre os sentidos e os significados da compreensão institucional sobre acesso permanência e diplomação no ensino superior. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, [S. l.], v. 17, n. 9, p. e9397-e9397, 2025. DOI: <https://doi.org/10.55905/cuadv17n9-062>. Disponível em: <https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/9397/6364>. Acesso em: 20 jul. 2026.



A assistência estudantil na UNB nos anos de 2018 a 2023: entre os sentidos e os significados da compreensão institucional sobre acesso permanência e diplomação no ensino superior

Student assistance at UNB from 2018 to 2023: between the meanings and the understandings of the institutional comprehension of access, retention, and graduation in higher education

Asistencia estudiantil en la UNB de 2018 a 2023: entre los sentidos y significados de la comprensión institucional sobre el acceso, la permanencia y la graduación en la educación superior

Eloisa Pereira Barroso

Doutora em Sociologia

Instituição: Universidade de Brasília - campus Darcy Ribeiro

Endereço: Asa Norte, Brasília - DF, Brasil, CEP: 70910-900

E-mail: eloisabarroso@unb.br

RESUMO

O artigo em tela busca realizar uma análise dos relatórios publicados entre os anos de 2022 a 2024 pela Universidade de Brasília sobre a execução da Assistência Estudantil no período de 2018 a 2023. A proposta é apresentar como as concepções sobre acesso, permanência e diplomação, por meio da assistência estudantil foram pensadas nesse intercurso temporal, com especial atenção aos dados apresentados, bem como as análises tecidas sobre os mesmos. Por meio da análise do discurso, o objetivo é identificar como as narrativas constroem a visão institucional sobre o acesso, a permanência e a formação de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica. Tais relatórios revelam não apenas as diversas formas de pensar a Assistência Estudantil – que vão desde a o suprimimento das questões objetivas e materiais, como ao enfrentamento aos desafios subjetivos dados por contextos sociais, políticos e administrativos ao longo desses anos nos espaços universitários. Os relatórios nos revelam a emergência de uma trajetória da Assistência Estudantil forjada na confluência de diferentes movimentos internos da administração, com significativa participação de diversos setores da universidade, bem como as estratégias capilares de um pensar cotidiano sobre a necessidade de garantir a efetividade da formação por meio das políticas de acesso e permanência com a finalidade de diplomação. Eles também fazem emergir reflexões, nas quais se colocam complexas ressignificações da concepção dos sentidos e significados da Assistência Estudantil.



Palavras-chave: assistência estudantil, permanência, acesso, diplomação, vulnerabilidade.

ABSTRACT

This article seeks to carry out an analysis of the reports published between 2022 and 2024 by the University of Brasília regarding the implementation of Student Assistance during the period from 2018 to 2023. The proposal is to present how the conceptions of access, retention, and graduation, through student assistance, were conceived in this time frame, with special attention to the data presented as well as to the analyses developed around them. Through discourse analysis, the objective is to identify how the narratives construct the institutional comprehension of access, retention, and the academic formation of students in socioeconomic vulnerability. These reports reveal not only the various ways of thinking about Student Assistance – ranging from the provision of objective and material needs to the confrontation of subjective challenges imposed by social, political, and administrative contexts over these years in university spaces. The reports reveal the emergence of a trajectory of Student Assistance forged in the confluence of different internal movements within the administration, with significant participation of various sectors of the university, as well as capillary strategies of daily reflections on the need to ensure the effectiveness of academic formation through access and retention policies aimed at graduation. They also bring to light reflections in which complex re-significations of the conception of the meanings and understandings of Student Assistance are posed.

Keywords: student assistance, retention, access, graduation, socioeconomic vulnerability.

RESUMEN

Este artículo analiza los informes publicados por la Universidad de Brasilia entre 2022 y 2024 sobre la implementación del Programa de Apoyo Estudiantil (PAS) entre 2018 y 2023. El objetivo es presentar cómo se moldearon los conceptos de acceso, retención y graduación mediante el PAS durante este período, prestando especial atención a los datos presentados y a los análisis realizados. A través del análisis del discurso, se busca identificar cómo estas narrativas construyen la visión institucional del acceso, la retención y la educación para estudiantes en situación de vulnerabilidad socioeconómica. Estos informes revelan no solo los diversos enfoques del PAS, que abarcan desde abordar cuestiones objetivas y materiales hasta abordar los desafíos subjetivos planteados por los contextos sociales, políticos y administrativos a lo largo de estos años en el ámbito universitario. Los informes revelan el surgimiento de una trayectoria de PAS forjada en la intersección de diversos movimientos administrativos internos, con una participación significativa de diversos sectores universitarios, así como las estrategias generalizadas del pensamiento cotidiano sobre la necesidad de garantizar la eficacia de la educación mediante políticas de acceso y retención para la graduación. También suscitan reflexiones que plantean complejas redefiniciones del significado y la importancia de la Asistencia Estudiantil.



Palabras clave: asistencia estudiantil, retención, acceso, graduación, vulnerabilidad.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da trajetória histórica e política da Educação Superior pública no Brasil a elitização dos espaços acadêmicos, por muito tempo, foi a tônica. De caráter exclusivista, descontínuo e insuficiente, a extensão da escolaridade após o ensino médio quase sempre foi marcada por restrições ao acesso de grupos sociais mais vulneráveis. Segundo Almeida, “a extensão da escolaridade foi marcada por improvisos e precariedade, oferta insuficiente de vagas, baixo rendimento educacional dos que conseguiram frequentar a escola e restrições ao acesso de acordo com o pertencimento de classe social do indivíduo” (Almeida, 2017, p. 6). Porém, a partir dos anos 2000, é possível observar a insurgência de um movimento no âmbito das políticas públicas voltadas à educação, cuja finalidade era minimizar este histórico de elitização das universidades tão arraigado no país.

A luta pela democratização da universidade, na sociedade brasileira, encontrou eco na administração pública nas primeiras décadas do século XXI. Nesse período pode se observar a criação de uma série de condições necessárias para romper com o monopólio do conservadorismo social no que tangia às perspectivas de acesso ao ensino superior por grupos sociais antes impedidos de adentrarem a esse espaço, fosse por condições materiais, fosse por questões de natureza simbólica. Nesse processo de reconfiguração das perspectivas de acesso é que foi inscrita a primeira condição – a condição política – ou seja, foi necessário romper o paradigma vigente, que pressupunha o lugar da universidade como um lugar reservado à formação das elites, tão presente em toda a trajetória da educação superior. Esse espaço universitário, marcado pela alta seletividade e por processos de exclusão, carecia de um projeto minimamente emancipatório capaz de romper com a prática ratificada da exclusividade dada as classes altas.



Esses primeiros anos do século XXI se constituíram como um momento em que se projetou a intenção de ruptura com o conservadorismo. Por meio da utilização de discursos políticos e sociais como forma de um posicionamento crítico e emancipador foi possível estabelecer uma narrativa, a qual apontava para a necessidade urgente de práticas interventivas a serem realizadas pelo Estado. Mas mais do que isso, tais práticas deveriam ter como objetivo primeiro garantir a implementação e o aumento de políticas públicas que possibilitassem a efetivação da ampliação desta modalidade de ensino para os grupos socioeconomicamente mais fragilizados.

É no bojo dessas mudanças que uma série de estratégias políticas no campo da educação superior no Brasil foi tomada. Desse modo, o acesso foi expandido através do aumento de oferta de vagas por meio da ampliação e a construção de Instituições Federais de Ensino Superior- IFES e por meio de significativas alterações dos processos de avaliação e seleção para ingresso na universidade pública como alternativa aos tradicionais vestibulares. Mas para além do acesso, ainda pensou-se a permanência através do aporte financeiro para aqueles estudantes socioeconomicamente vulneráveis através de programas e projetos vinculados à assistência ao estudante.

Nesse contexto, refletir sobre a Assistência Estudantil- AE- nas IFES implica em reflexões que estão ligadas intimamente às transformações sociopolíticas tanto do Estado Brasileiro, bem como àquelas pertinentes à Educação Superior. A Assistência Estudantil tem suscitado cada vez mais discussões, as quais vêm, ao longo das últimas décadas, se complexificando face aos desafios impostos pelas políticas de acesso dadas pelas agendas governamentais, principalmente àquelas vinculada à expansão e reestruturação do Ensino Superior, ocasionado pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 que institui o REUNI, por diferentes Programas Sociais, pela promulgação da Lei que regulamenta a Política de Ações Afirmativas nº. 12.711/12 que institui as cotas entre outras políticas.



2 A RELAÇÃO ENTRE POLÍTICAS DE INCLUSÃO E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A entrada de novos sujeitos nas Instituições Federais de Ensino- IFES fez com que a assistência ao estudante fosse pensada não mais de maneira restrita, mas forçou a necessidade de um deslocamento conceitual e político na sua concepção. Conceitual, porque a Assistência Estudantil deixou de ser uma ação particularizada nas unidades educacionais e passou a ser uma ação necessária demandada a todas as universidades. Política, porque a mesma ganha o estatuto de Política Pública através da universalização de um conjunto de ações dado primeiro pelo Decreto nº 6.096/2007 que institui o REUNI quando em seu artigo primeiro afirma que “o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais”. Em suas diretrizes, no artigo 2º, item V, determina a “ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil”. Na esteira da discussão sobre a necessidade da assistência estudantil é publicada a Portaria Normativa nº 39 em 12/12/2007 que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES. O PNAES segundo a IN “tem como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais, bem como sua importância para a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal”.

Entre os anos de 2007 a 2012, os investimentos em políticas públicas ligadas à expansão de vagas nas instituições federais de ensino superior estão diretamente ligados ao REUNI. O REUNI se consagrou pelo programa de democratização no que se refere ao acesso e a inclusão social no ensino superior, de modo que garantiu a diversificação e a presença de estudantes pertencentes aos grupos antes impedidos de ocuparem os bancos escolares. As Universidades que aderiram ao programa do REUNI se comprometeram com a criação de condições para a ampliação do acesso e da permanência no ensino superior público federal. Assim sendo, a redução da evasão e a retenção, a



ocupação de vagas ociosas e a ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil, foram algumas das metas propostas para que as instituições se comprometessem com um ensino mais acessível, menos excludente e mais propositivo na formação dos sujeitos.

Embora ainda estejam em processo de avaliação os impactos dessas políticas já efetivadas, bem como se as metas estão sendo cumpridas, uma coisa é certa: A inserção social de diferentes grupos, hoje experimentada pelas universidades públicas, é uma realidade. Conforme o Censo da Educação Superior, e a Pesquisa Nacional do Perfil dos(as) Graduandos(as) realizada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) em 2018 é possível verificar uma reconfiguração do perfil estudantil universitário após a adoção das Políticas de Ações Afirmativas-PAA pelas universidades federais. A pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES traz dados que demonstram tendência de crescimento da inserção das mulheres no ensino superior, representando 54,6% em 2018; com relação à renda – variável que delimita quem pode ter acesso às ações de assistência estudantil, os estudantes dentro do corte de renda delimitado pelo PNAES representavam em 2018, 70,2% dos graduandos; com relação à cor e raça, é observada uma mudança tanto na população brasileira como entre os estudantes da IFES, com um crescimento significativo de mais de 50% da participação de pardos e pretos e uma diminuição percentual dos brancos em 2018. Esse quadro, sem dúvida alguma se deve, entre outros fatores, a promulgação da Lei n. 12.711/12, associada ao Decreto Lei **7.234, de 19 de julho de 2010** que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES em substituição à Portaria Normativa nº 39 em 12/12/2007, ratificado como Lei Federal **Nº 14.914/ 2024**, a outras tantas iniciativas de democratização com inclusão social.

O texto dado pelo decreto que instituiu o REUNIU reafirma o princípio democrático quando define o acesso e permanência no ensino superior como questões importantes para se fazer cumprir o direito fundamental à educação garantido pelo texto constitucional. Em seu artigo 206 a Constituição Federal de



1988 dispõe que o ensino deve ter como princípio primeiro: “I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (**BRASIL, 1988**). Um princípio reafirmado no artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, aprovada na década de 1990 e agora pela Lei Nº 14.914 de 03 de julho de 2024 que institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) ao anunciar em seu Art. 1º que:

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), no âmbito do Ministério da Educação, com a finalidade de ampliar e garantir as condições de permanência dos estudantes na educação superior e na educação profissional, científica e tecnológica pública federal e de conclusão dos respectivos cursos.

Uma efetiva democratização da educação não poderia ser efetivada sem que fosse concebido o fortalecimento do ensino superior público por meio de políticas voltadas para a permanência dos estudantes, pois "existe um grupo de estudantes pobres e muito pobres que estão conseguindo ultrapassar barreiras ao longo de suas trajetórias escolares, ingressar e permanecer nas universidades públicas" (Bori & Durham, 2000, p. 41). Segundo Pacheco e Ristoff um "estudo recente do Observatório Universitário da Universidade Cândido Mendes revela que 25% dos potenciais alunos universitários são tão carentes que não têm condições de entrar no ensino superior, mesmo se ele for gratuito" (Pacheco & Ristoff, 2004, p. 9).

Este cenário obrigou às agendas tanto governamentais, quanto às dos movimentos sociais a se atentarem para ações voltadas para a afirmação das Políticas de Ações Afirmativas e das Políticas de Inclusão social no âmbito da educação superior. Isso porque a democratização, historicamente reclamada, não está vinculada somente à garantia do acesso, pois “além de abrir as portas da universidade, era necessário dotar tais grupos de recursos que assegurassem a sua permanência e o seu êxito acadêmico” (Gouveia, 1968. p. 35). O acesso precisaria estar acompanhado de condições materiais e simbólicas de modo a assegurar a permanência. Dessa maneira, a promoção de uma educação inclusiva para os grupos estudantis ingressantes por meio dessas



políticas exigia uma política efetiva de assistência ao estudante. É sobre os elementos dessas políticas, permeadas por dimensões particular e coletiva, que significados sociais e sentidos pessoais indicam mecanismos que podem ajudar a refletir e a compreender a condição social na qual esse novo perfil de estudantes está inserido.

Se as cotas ampliam o acesso ao ensino superior, a política de Assistência Estudantil diminui minimamente as desigualdades sociais presentes dentro da universidade. Se considerarmos que a Política de Ações Afirmativas regida pela Lei n. 12.711/12, hoje atualizada pela é a Lei nº 14.723/23, tem, ao longo dos anos, redefinido o perfil dos ingressantes no Ensino Superior nas instituições federais, a política de assistência estudantil, aliada às metas assumidas pelas universidades quando da implementação do REUNI, tem efetivado a permanência e a formação desse novo perfil. Isso posto, é legítimo afirmar que estas duas políticas, por meio de um conjunto amplo de estratégias e ações, tem sido responsáveis pela extensão do ensino superior a uma parcela de grupos sociais antes excluídos historicamente em função das desigualdades sociais, econômicas e culturais. Essa atuação compartilhada por estas duas políticas tem garantido, embora não universalizado, o acesso e a permanência nas Instituições Federais de Ensino a uma parcela significativa de estudantes oriundos das classes populares.

Tais políticas se constituem, portanto, como mais um instrumento de garantia de efetivação da cidadania. Elas se configuram como políticas que compreendem que a universidade, para além de um espaço de formação humana e lugar de construção de conhecimentos, comporta funções sociais intrínsecas ao processo ensino aprendizagem no qual se estabelecem relações de poder por meio das distinções sociais marcadas pelas diferenças.

Segundo Bourdieu (2007), a universidade é um espaço onde a desigualdade e a segmentação social persistem de forma a legitimar as diferenças socioculturais entre os grupos. Essa diferenciação, denominada pelo autor (2007) como “capital cultural”, é fonte de diferenciação e privilégio entre os diferentes grupos sociais, a qual se estrutura por meio de uma cultura da



distinção. O sistema escolar é “um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como um dom natural” (Bourdieu, 2007, p. 41). A ideologia da meritocracia, no contexto universitário, tem sido muitas vezes utilizada para responsabilizar os sujeitos, por meio do seu empenho e das suas características individuais, pelo sucesso ou pelo fracasso na conquista dos objetivos esperados para sua formação sem considerar “os mecanismos de eliminação que agem durante todo o *cursus*” (Bourdieu, 2007, p. 41). Através desse discurso as razões das desigualdades sociais, também reafirmadas no interior das universidades, são escamoteadas com o fito de ratificar as assimetrias sociais e educacionais produzidas historicamente pelas lógicas do racismo estrutural, da xenofobia, da desigualdade de gênero, da desigualdade de classes na sociedade brasileira. Tais assimetrias exigem que a universidade, além de promover uma verdadeira reeducação dos sentidos e significados no que concerne as diferentes existências, incorpore nos seus processos de formação a constância da luta política e da vigilância epistemológica como formas de correção das desigualdades. Mas para além de tais ações é também necessária a compreensão do espaço universitário como um lugar em que seja possível estabelecer um outro modelo de racionalidade no qual os saberes produzidos pelos diferentes corpos, pelas diferentes culturas ocupem lugar de emancipação e de rompimento da lógica do Estado Liberal de subalternização e exclusão de determinados grupos sociais. Nessa lógica de uma racionalidade humanizada e mais inclusiva, é *mister* a Universidade criar espaços de formação comprometidos com ambiente educacional mais diverso, mais plural e antirracista. É no bojo dessas reflexões que o estudo em tela tece uma análise dos relatórios apresentados pela Universidade de Brasília-UnB nos anos de 2022, 2023 e 2024 sobre a execução da assistência aos estudantes no período entre os anos de 2018 a 2023.

Na procura de uma abordagem qualitativa, a estratégia aqui pensada se alicerça na busca dentro do corpus documental por meio da seleção e da combinação de palavras e expressões como “Assistência Estudantil”,



"Estudante", "Permanência" "Formação", "Sentidos", "Condições Materiais", "Subjetividade", "Vinculação Acadêmica" e "Acesso", na tentativa estabelecer uma linha metodológica pautada por um refinamento analítico crítico e discursivo para estabelecer maior profundidade na releitura dos relatórios. Tal perspectiva metodológica evidencia como a leitura e releitura atenta dos documentos se revela indispensável para uma compreensão mais profunda e nuançada das complexas intersecções entre a Política de Ações Afirmativas, as Políticas Sociais com a Política de Assistência Estudantil no espaço da UnB. Espera-se, com isso, não apenas conferir visibilidade ao debate, mas também ressaltar a contribuição metodológica e analítica dos estudos que colocam a Assistência Estudantil no centro das preocupações científicas. O foco nos 04 relatórios publicados nos últimos 03 anos disponíveis em: <https://www.dac.unb.br/destaques/292-relatorios-e-dados> deve-se ao fato de somente estes estarem publicizados até o momento da produção deste artigo.

Nesse contexto crítico de tratamento dado a análise dos relatórios sobre o acesso, a permanência e a formação é importante salientar que a análise ora empreendida parte de um imperativo ético, metodológico e epistemológico, haja vista a construção e elaboração dos mesmos terem se dado durante a minha atuação como diretora da Diretoria de Desenvolvimento Social-DDS- do Decanato de Assuntos Comunitários-DAC- da UnB. Dessa forma, nas reflexões aqui postas, o mais importante é a releitura crítica do encontro entre as vozes da então gestora e da agora pesquisadora no reconhecimento da dimensão subjetiva como parte fundamental para compreender a própria história da Assistência Estudantil na Universidade de Brasília neste intercurso temporal. O objetivo, portanto, não é preencher lacunas de uma história posta nos documentos, mas problematizar a história neles contada. Nesse sentido, essa nova leitura dos relatórios, creio possibilitar a compreensão de aspectos complexos da execução institucional dos programas da Assistência Estudantil. Os relatórios, portanto, são revisitados não apenas como fontes no qual se inscrevem uma ação político-administrativa direta, mas também como uma lente analítica fundamental para interpretar o lugar do acesso, da permanência e da



formação como uma ação sistêmica. Assim os processos de análise são atravessados pelos desdobramentos da ação institucional executada no âmbito da Assistência Estudantil como uma possibilidade real de garantia do direito à educação superior para os estudantes vulneráveis.

Para Foucault (2007) o discurso como uma dimensão de produção da realidade social não se configura como simples reunião de enunciados de atos de fala ou de escrita. Em estreita articulação entre espaço e tempo, o discurso se constitui como uma prática sócio-histórica explicitada mediante o exercício da análise e interpretação. Desta feita, o discurso institucional posto nos relatórios é resultado de uma produção coletiva e histórica que foi capaz de conferir sentido ao que foi sendo feito ao longo dos anos neles referenciados. Assim, os documentos são portadores de uma prática discursiva histórica determinada por uma concepção institucional que esteve em elaboração neste período temporal. Tal concepção definiu tanto a compreensão do acesso, como os sentidos possíveis do acesso, da permanência e da formação na execução da AE. Por meio do discurso encerrado nos textos que compõem os relatórios é possível dar a ver, a partir de um trabalho de análise operada sobre material linguístico (textos), os sentidos da produção de certos enunciados discursivos que compõem a *episteme* da AE na UnB. Buscar-se-á compreensão mais sensível e empática quando contextualizada por meio de uma interpretação cuidadosa, a qual reconhece tanto as subjetividades inerentes, quanto a dimensão afetiva intrínseca nas escolhas discursivas daqueles que elaboraram os documentos aqui analisados.

Diante do exposto indaga-se, portanto, quais são as condições materiais e simbólicas oferecidas pela UnB que favorecem o acesso à permanência e, consequentemente, o êxito acadêmico na formação de estudantes vinculados à assistência estudantil? Mais ainda, a UnB desenvolve programas voltados para trabalhar especificamente com o público que acessa o ensino superior por meio da PAA e de Políticas sociais?



3 A PERMANÊNCIA, O ACESSO E A FORMAÇÃO: UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES MATERIAIS E SIMBÓLICAS NA UNB

Garantir o direito do acesso à educação superior para os sujeitos ingressantes por meio das Políticas de Ações Afirmativas/ Lei de Cotas e de outras Políticas Sociais, entre outras coisas, requer um esforço em promover condições materiais e simbólicas que assegurem a permanência e a formação. Nesse sentido, várias universidades concomitante ao processo de implementação dessas políticas ampliaram a oferta de ações vinculadas à política de Assistência Estudantil.

Nesse contexto, discutir o acesso à universidade pública é também voltar as nossas análises à questão da permanência e da formação estudantil, sobretudo quando se trata do perfil dos ingressantes por meio da Política de Ações afirmativas e Políticas Sociais, haja vista a diversificação do perfil dos estudantes promovido por elas. Assim sendo, as categorias permanência é indispensável na análise da Assistência Estudantil quando essa é compreendida também como uma política que garante o acesso, a permanência e a formação.

O acesso porque ela projeta para o estudante pleiteante a uma vaga no ensino superior por meio da Política de Ações Afirmativas e de Políticas Sociais um horizonte de expectativa no qual a garantia da sua permanência no que tange às questões de ordem material como auxílios financeiros, alimentação, moradia, entre outros é uma possibilidade real dada Pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil- PNAES e pelas ações próprias das instituições voltadas as finalidades de suprir necessidades básicas de sobrevivência. Embora essa primeira perspectiva sobre a permanência, comumente, seja associada às questões materiais, o que se observa é que pensar a permanência implica em refletir sobre os espaços universitários como um lugar desafiador. Um lugar no qual a complexidade não se restringe a ser capaz de comprar ou pagar pelas necessidades de ordem prática.

A permanência estudantil é composta pelas dimensões simbólicas e materiais. Essas duas dimensões envolvem e determinam as formas como os



estudantes se inserem no espaço universitário. A dimensão material envolve a produção da vida material, já a dimensão Simbólica abrange as condições simbólicas, dadas no bojo das representações sociais, de modo a estruturar as experiências nos processos de formação acadêmica no interior da universidade.

Em um primeiro momento, as questões de ordem financeira surgem como um fator determinante para os estudantes, pois a sobrevivência cotidiana exige condições para a concretização da trajetória acadêmica, haja vista muitos deles evadirem por não possuírem condições financeiras de arcar com as necessidades objetivas de sobrevivência diária. Para Portes (2006) “a condição econômica é um componente real, que produz sofrimento nos estudante e, comumente, se constitui como um fator também determinante na permanência na instituição” (Portes, 2006, p. 227).

Esta questão apontada por Portes é ressaltada por Grignon e Gruel (1999, p. 02) quando afirmam que “A vida dita material não impõe somente limites práticos à atividade estudantil; ela intervém moralmente no conjunto da vida intelectual [...]”. Nas reflexões propostas por estes autores a “sobrevivência” material é uma questão que produz diferenças sociais entre os discentes, e os efeitos dessas diferenças se colocam nas mais variadas dimensões da vida universitária e quando não superada pode ocasionar custos pessoais dolorosos.

Neste sentido, quando examinamos o primeiro relatório referente aos anos de 2018 a 2021, pode se inferir que a permanência estudantil perpassa as preocupações institucionais no que se refere à Política de Assistência Estudantil, porém tal permanência nesse período foi pensada somente no âmbito da vida material. Nas 21 páginas do relatório é possível encontrar a descrição detalhada dos dados quantitativos referentes a número de alunos atendidos por programas, número de alunos atendidos nos 04 (quatro) *campi* que compõem a UnB, bem como análises comparativas entre as variações dos números de estudantes atendidos entre 2018 a 2021. O texto se debruça em descrever e tecer comentários somente sobre programas que envolvem benefícios e repasses financeiros da Diretoria de Desenvolvimento Social- UnB para os discentes, quais sejam: Alimentação, Moradia, Transporte, Transporte Emergencial,



Inclusão digital, Creche, Auxílio Socioeconômico, Auxílio Emergencial, Auxílio Emergencial de Apoio à Saúde Mental, Auxílio Emergencial de Apoio Socioeconômico. Há uma clara demonstração de que, neste período, a Assistência Estudantil estava fortemente vinculada à concepção de que a permanência se relacionava ao atendimento de questões de ordem material. É perceptível, no documento, a preocupação institucional em procurar suprir, com uma gama variada de auxílios financeiros, as necessidades pontuais vinculadas a sobrevivência diária. Além disso, percebe-se um entendimento da Assistência Estudantil pela instituição vinculada a um único setor do Decanato de Assuntos Comunitários, haja vista o relatório conter somente as ações de uma única diretoria, a Diretoria de Desenvolvimento Social- DDS. Embora no organograma do Decanato de Assuntos Comunitários caiba a DDS a execução de mais de 90% dos recursos do PNAES, outras diretorias também executaram programas com estes recursos, porém essas ações não constam neste relatório disponibilizado. Cabe salientar que, mesmo o primeiro relatório compreendendo o período de 2018 a 2021, que para o ano de 2021 foi produzido um segundo relatório.

Após processo de auditoria realizada pela Auditoria Interna da UnB e pela Controladoria Geral da União entre os anos de 2015 a 2022, a então Reitora da Universidade, Professora Dra. Márcia Abrahão Moura seguindo recomendações das Auditorias Interna e externa criou, por meio da Resolução CAD/UnB 037/2021, a Comissão Permanente da Ação 4002 composta por representantes dos Decanatos de Planejamento e Orçamento (DPO), de Assuntos Comunitários (DAC), De Ensino de Graduação (DEG), de Extensão (DEX) do Decanato de Administração e Planejamento- DAF, por 02 representantes do Diretório Central dos Estudantes- DCE e por 01 representante do Conselho de Administração- CAD. Esta comissão, presidida pelo Decano(a) do DPO, tem como missão aprovar a aplicação dos recursos orçamentários para a execução da Política de Assistência Estudantil. Anualmente o DAC, responsável pela execução da Política de Assistência Estudantil, deve encaminhar a essa Comissão um relatório com a prestação de contas das ações desenvolvidas anualmente.



Posteriormente o relatório já aprovado pela Comissão é apresentado ao Conselho de Administração- CAD da UnB. Para dar conta da produção dos relatórios, além de outras demandas, o Decano de Assuntos Comunitários à época criou, por meio do ato 02/2022 no DAC/UnB, o Núcleo de Estatística- NEST. Composto pelas direções das Diretorias e por um servidor de cada uma das 05 diretorias que pertenciam ao DAC em 2021, mais o Decano, o núcleo tem como finalidade dar transparência ao uso dos recursos e implementação das ações e programas do DAC.

Dado o contexto de produção do segundo e dos demais relatórios, passemos a análise do RELATÓRIO SOBRE A EXECUÇÃO DOS RECURSOS DA AÇÃO 4002 (PNAES E INCLUIR) ano base 2021, produzido em 2022 sobre a prestação de contas da execução da Assistência Estudantil efetivada no ano de 2021 com o objetivo de cumprir as determinações do CAD quando aprovou a regulamentação da Comissão Permanente da Ação 4002.

Estruturado em seis eixos o relatório trata da execução dos recursos da ação 4002, rubrica orçamentária na qual estão alocados os recursos que financiam a Assistência Estudantil. Os recursos financeiros são divididos em três matrizes para financiar programas e ações, quais sejam: Programa Nacional de Assistência Estudantil- PNAES, O Programa de Acessibilidade na Educação Superior - INCLUIR e Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior- PROMISAES. Importante salientar que este relatório não trata do PROMISAES. Somente dos programas e ações de responsabilidade de execução do DAC a época.

Como o primeiro relatório, este também comporta uma estrutura na qual situa o contexto histórico em que os programas foram executados, faz referências à Pandemia da COVID 19 e como a crise sanitária se refletiu na necessidade de reorganização de alguns fluxos, bem como descreve os programas e ações. A maior parte das ações vinculadas à Assistência Estudantil ainda adotavam uma estratégia na qual a garantia da permanência estava estruturada fortemente pelos recursos oriundos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) o qual reforça a necessidade de ampliar as



condições materiais necessárias para a permanência. Como no relatório anterior, ainda é muito presente o entendimento do binômio “permanência e formação” diretamente associado às questões objetivas da sobrevivência. Importante ressaltar que esta é uma compreensão também legítima, “haja vista a renda média *percapita* bruta das famílias dos alunos atendidos pela Assistência Estudantil em 2021 girar em torno de R\$ 586,71 na graduação, ou seja, inferior a meio salário mínimo”. (Relatório 2021, pág.2) Não por acaso essa preocupação com a assistência estudantil se refletiu em um montante orçamentário de quase R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais).

“Do orçamento total executado proveniente do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), foram destinados para o Auxílio Socioeconômico R\$ 13.116.255,00; para o Auxílio Moradia (modalidade pecúnia) R\$ 6.671.045,00; para o Auxílio Creche R\$ 109.610,00; para o Auxílio Transporte R\$ 2.700,00 para o Auxílio Emergencial da DDS foram destinados R\$ 50.220,00 e da DIV (PADIV) R\$ R\$4.650,00, perfazendo um total de R\$54.8700; para o Auxílio Alimentação Emergencial (pecúnia) R\$ 9.479.025,00; para o Alimentação Especial R\$ 5.580,00; para o Auxílio Alimentação (marmitas e refeições servidos no RU) R\$ 715.815,87; para o Auxílio Alimentação (refeições no RU) R\$151.208,78; para o Afroatitudo R\$ 200.415,00; para o Auxílio Emergencial Indígena R\$ 32.074,00; e para o Acolhimento e Promoção da Saúde R\$ 140.900,00. Ressalta-se que os programas listados são desenvolvidos pelas Diretorias do DAC, responsáveis pela execução da política de assistência estudantil na UnB. (Relatório Ano Base 2021, pág. 5)

Como no primeiro relatório de gestão referente aos anos de 2019 a 2021, o segundo relatório de 2021 demonstra uma assistência estudantil vinculada às áreas recomendadas pelo texto dado no Decreto Lei Federal nº 7.234/2010-PNAES. Tal concepção é reforçada pela leitura atenta, na qual se observa que as ações descritas desenvolvidas no âmbito da Assistência Estudantil pela UnB estão circunscritas somente àquelas mantidas pela Ação 4002. Embora haja a menção de ações financiadas com recursos oriundos de outras fontes orçamentárias, as mesmas não estão descritas e nem analisadas no presente relatório, há somente uma breve menção nas considerações finais, exaltando o feito orçamentário da instituição na garantia de atender com recursos financeiros os estudantes que procuraram a Assistência Estudantil no ano de 2021.



Porém, apesar da limitação do relatório em relação às demais ações desenvolvidas pelas Diretorias do DAC no âmbito da Assistência Estudantil, é possível perceber uma ligeira complexificação dos sentidos e significados dados à permanência. Além da descrição de cada diretoria, estão os programas e ações por elas executados com financiamento do PNAES e com os recursos do programa INCLUIR, este último sob responsabilidade de execução da Diretoria de Acessibilidade- DACES. Isso nos sugere uma compreensão da AE mais ampliada institucionalmente, não estando reduzida somente a uma unidade administrativa, mesmo que ainda restrita ao DAC. O entendimento de uma Assistência Estudantil um pouco mais ampliada nos permite inferir uma ligeira mudança na concepção no que se refere à permanência e formação estudantil, haja vista na introdução o relatório afirmar que:

O DAC, por meio de todas as suas diretorias, procurou cuidar para que as ações desenvolvidas tivessem sempre como horizonte as histórias, as culturas, as particularidades, os anseios, enfim as diferentes perspectivas que compõem a comunidade estudantil, em especial os discentes que compõem os grupos sociais mais vulneráveis. Dessa maneira, a Assistência Estudantil da UnB, mais do que ações de repasse de auxílios financeiros, se caracterizou por programas que acolheram, orientaram, encaminharam e não se abstiveram de procurar sempre identificar as complexidades dos sujeitos e suas inúmeras possibilidades na construção do processo de ensino, pesquisa e extensão, atividades fins da UnB. (Relatório Ano Base 2021, pág. 2)

Mesmo ainda incipiente, a compreensão das complexidades da formação e permanência são citadas em uma relação direta com o tripé que compõe o ensino superior: ensino, pesquisa e extensão. O relatório ainda apresenta algumas ações desenvolvidas pela Diretoria de Acessibilidade- DACES- que não se limitam a transferência de recursos, ou seja, os programas atendem uma necessidade dos estudantes com deficiência para superar barreiras de acessibilidade aos conteúdos acadêmicos dos cursos, quais sejam:

Programa Projeto de produção de materiais acadêmicos em formato acessível para estudantes com deficiência visual: objetiva realizar a produção de materiais acadêmicos em formato acessível (tamanho ampliado, braille, áudio e formato digital acessível) para



estudantes com deficiência visual (cegueira e baixa visão) regularmente matriculados em cursos de graduação e pós-graduação da UnB.

Programa Projeto de adaptação de materiais acadêmicos para Musicografia Braille: objetiva realizar adaptação de materiais acadêmicos do curso de Música para Musicografia Braille, de modo a viabilizar o acesso e a acessibilidade aos estudantes com deficiência visual. (Relatório Ano Base 2021, pág. 18).

Há também a apresentação do programa Afoatitude desenvolvido pela então Diretoria da Diversidade para atender alunos que entraram pela Política de Ações Afirmativas no que se refere à cota racial. Embora tenha transferência de recursos, o programa Afroatitude traz consigo uma perspectiva que vai além da questão material, haja vista a pressuposição do envolvimento do estudante com projetos vinculados as ideias de pertencimento de raça e etnia. Segundo o relatório:

Programa Afroatitude- O Progama tem como objetivo promover um conjunto de ações para o desenvolvimento de atividades de permanência e acolhimento para estudantes ingressos na UnB por meio do sistema de reserva de vagas/cotas raciais como parte absolutamente relevante das políticas afirmativas da instituição". (Relatório Ano Base 2021, pág. 18).

Outro programa que sinaliza a compreensão da AE para além das questões materiais foi o programa desenvolvido pela Diretoria de Atenção a Saúde da Comunidade Universitária- DASU. Qual seja: "**Programa Acolhimento** - o projeto visa contribuir para a construção de uma cultura de acolhimento e promoção da saúde na UnB e fortalecimento do protagonismo estudantil nas ações de cuidado e autocuidado, contribuindo para a política de permanência na Universidade". (Relatório Ano Base 2021, pág. 18)

Mesmo de forma ainda tímida, os programas expressam uma visão de que, para além das necessidades materiais, questões de outra ordem impactam também na permanência estudantil. Este reconhecimento, embora ainda sutil, apresenta uma compreensão em que as diferenças dadas pela raça, pela saúde e pela deficiência necessitam ser olhadas para mitigação das desigualdades sociais expressas no espaço da universidade em termos de legitimação



identitária e cidadã. Em que pese a importância das condições materiais como fator de inclusão, era preciso pensar no percurso acadêmico dos estudantes mais vulneráveis outros fatores que determinavam as suas possibilidades de permanecerem e se formarem.

O terceiro RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DOS RECURSOS DA AÇÃO 4002 (PNAES, PROMISAES e INCLUIR) Ano Base 2022, referente à execução dos programas e ações da Assistência Estudantil no ano de 2022, apresentado à Comissão no ano de 2023, assim como os anteriores apresenta o contexto histórico em que os programas foram executados, menciona a Pandemia da COVID 19 reafirma a necessidade de reorganização de alguns fluxos em virtude da migração dos programas do antigo sistema para o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas- SIGAA. O documento reforça a importância das condições materiais, haja vista, ao longo do texto, estarem presentes vários programas que expressam a preocupação com a manutenção financeira. Tal preocupação se justifica, “haja vista a renda média per capita bruta das famílias dos alunos atendidos pela Assistência Estudantil em 2022 girar em torno de R\$ 565,95, ou seja, inferior a meio salário-mínimo” (Relatório Ano Base 2022, p: 03). A renda média demonstra a situação de vulnerabilidade socioeconômica dos discentes e, por consequência, salienta a necessidade de programas de auxílios financeiros de ordem material como moradia e alimentação, entre outros. Os auxílios financeiros cumprem uma função primordial na permanência estudantil, de modo que sanada a preocupação com a sobrevivência cotidiana possibilita ao discente ocupar os espaços universitários e estabelecer vínculos acadêmicos. A Política de Assistência Estudantil na UnB procura suprir as necessidades materiais imediatas desses estudantes, uma vez que se constituiu como possibilidade concreta na superação de preocupações cotidianas com moradia, alimentação, transporte, aquisição de material didático e demais despesas básicas para permanecer no espaço universitário. Conforme alerta Portes:

Neste caso, não se trata de um viés do olhar do pesquisador ou uma redução de todas as manifestações do universitário pobre pesquisado



a uma condição material. É exatamente a satisfação das necessidades básicas que pode liberar esse sujeito para outros empreendimentos constitutivos de uma boa formação escolar, da construção da identidade e da afirmação no mundo, além de assegurar as vantagens escolares que todos eles acumularam em um ambiente hostil a empreendimentos desta natureza (2001, p. 177).

Em que pesem as condições materiais de existência pontuadas tanto neste relatório, quanto nos anteriores relacionadas à permanência material, este se diferencia dos demais, pois amplia a discussão sobre o papel da Assistência Estudantil para além da análise dos aspectos econômicos e financeiros que envolvem as trajetórias acadêmicas desse novo público universitário.

Os diferentes atores coletivos envolvidos na organização do trabalho que subsidia a Assistência Estudantil, bem como os discentes atendidos, planejaram e executaram ações em que o acesso e a permanência foram pensados a partir de fatores materiais e simbólicos que perpassam interesses e necessidades dos estudantes, a relacionamentos estabelecidos no ambiente universitário, a situações pessoais e/ou familiares e a fatores socioeconômicos e culturais relacionados àqueles estudantes em condição econômica vulnerável. O horizonte de atuação foi pautado a partir da possibilidade de planejar e desenvolver condições de atendimento para que os estudantes pudessem pensar suas identidades pessoal e profissional de maneira a estabelecer planos equivalentes à sua realidade, com o objetivo de acesso, permanência e diplomação (Relatório Ano Base 2022, p: 03).

A partir de uma perspectiva que contempla as dimensões simbólica e material, o texto constrói sentidos por meio das interações entre diversas Unidades Administrativas responsáveis pela execução da Assistência Estudantil. Há indícios de uma apropriação institucional ampliada, na qual a responsabilidade pela permanência dos estudantes vulneráveis socioeconomicamente passa a ser situada no espaço universitário, não mais restrito ao DAC, haja vista a presença do Decanato de Ensino de Graduação e da Secretaria de Direitos Humanos. Se considerarmos que a permanência simbólica perpassa por uma efetiva integração responsabilização de todas as instâncias universitárias, transcendendo o repasse de auxílios, os caminhos escolhidos pela Universidade de Brasília, conforme demonstra o relatório, indica o início de uma outra racionalidade para se pensar a permanência, já que:



O intento é demonstrar que desenvolvimento acadêmico, político, social e cultural do estudante atendido pela Assistência Estudantil no percurso de sua formação é um importante indicador de reconhecimento institucional de políticas de acesso e permanência que atuam como atividades meio para a garantia das atividades fins da UnB, quais sejam Ensino, Pesquisa e Extensão. (Relatório Ano Base 2022, p: 03).

Ao longo do texto é notória a percepção institucional de que o simbólico e o material são dimensões que caminham juntas e estão interligadas. Apesar de um cenário adverso no qual o ano de 2022 foi intensamente marcado por instabilidades políticas e econômicas no âmbito do governo federal, com duros cortes orçamentários para as IFES, bloqueio de emendas parlamentares “a UnB priorizou a Assistência Estudantil, de modo que a instituição conseguiu manter todos os estudantes recebendo os programas permanentes que eram tradicionalmente financiados pela ação 4002”. (Relatório Ano Base 2022, p: 02). Dessa maneira:

A execução dos programas na UnB teve como proposta a interligação do desenvolvimento individual e coletivo no qual as necessidades dos discentes atendidos não se desvincularam do ensino, da pesquisa e da extensão. Portanto, a universidade, durante o ano de 2022, foi desafiada constantemente a atender essas especificidades individuais num contexto social amplo em que a garantia do acesso, da permanência e da diplomação não estivesse apartada do processo de gestão dos programas, fosse pela concessão de auxílios, fosse pelas ações de acolhimento de tantas outras demandas. (Relatório Ano Base 2022, p: 02).

O relatório, além de trazer as outras instâncias responsáveis pela execução da Assistência Estudantil, ainda expande na apresentação dos programas com análises mais apuradas e inclui os programas estendidos à Pós-Graduação. É notório que, mesmo ainda não tendo uma política estabelecida, e estar atuando por meio de programas e ações, já é possível observar os passos para a consolidação da Política de Assistência Estudantil que seria aprovada em 2023 pela Resolução do Conselho de Administração Nº 0025/2023. Essa concepção de Assistência Estudantil ampliada no relatório, ratificada posteriormente pelo texto normativo da Política de Assistência Estudantil da UnB, propõe abarcar dimensões antes ainda inexistentes, como levantamento



de perfil dos estudantes atendidos no que se refere a questões de gênero, raça, deficiência, cotistas, não cotistas, tipo de cotas. Importante destacar que a percepção do gênero ainda está situada na dimensão binária dada pelo binômio masculino e feminino quando se trata dos programas abarcados pelo financiamento do PNAES.

No que se refere aos discentes atendidos pelas Casas do Estudante de Graduação e Pós Graduação, há que se destacar que elas, embora sejam programas antigos, aparecem pela primeira vez neste relatório compondo o escopo dos programas da Assistência Estudantil da UnB. O relatório apresenta uma descrição detalhada sobre o perfil sociodemográfico dos moradores no que se refere às questões de gênero, orientação sexual, estado civil, deficiência, nacionalidade, raça, escolas que frequentaram no ensino médio, ingresso em Universidade pública em relação à família, cotistas e não cotistas. Dois itens em especial do levantamento da casa de graduação chama a atenção, mais de 75% dos residentes são os primeiros da família a ingressarem em universidade pública, além da compreensão do gênero para além das categorias feminino e masculino.

Tais descrições dos perfis dos estudantes representam tensões e contrastes vivenciados no cotidiano de uma Assistência Estudantil que ainda dava seus passos para trilhar um caminho que resultasse na consolidação de uma política que poderia ser estruturada por princípios de inclusão tanto na dimensão material, quanto simbólica. Elas evidenciam ainda que o modelo de estudante universitário enraizado no imaginário social não possui mais uma relação direta com a lógica elitista, uma vez que, um grupo significativo de estudantes de classes sociais situadas na base da pirâmide têm ocupado cada vez mais os bancos das universidades, em especial na UnB. Uma ocupação propiciada muito pelas Política de cotas, Políticas Sociais e Política de Assistência Estudantil.

O relatório é também subsidiário do início do monitoramento acadêmico. Por meio dos indicadores, desenvolvidos no âmbito do NEST e aplicados para avaliar e acompanhar a Assistência Estudantil entre os meses de junho a



setembro de 2022 já é possível observar de forma mais elaborada os efeitos dos programas e ações na vida discente. Embora ainda em fase de experimentação, eles nos revelam as dinâmicas dos auxílios e dos apoios nas trajetórias acadêmicas. Tais dinâmicas incluem desde a formação, como índices de aproveitamento, número de retenção, participação em projetos de pesquisas e extensão, entre outras. É possível vislumbrar que o monitoramento permitido pelos indicadores, construídos no âmbito do DAC pelo NEST, se colocava naquela experimentação como uma possibilidade futura de enfrentamento direto e qualificado das vulnerabilidades que atingem a permanência.

Com as estratégias para a execução da assistência ao estudante mais consolidadas na instituição, esse terceiro relatório percebe a permanência entre a coexistência de dois elementos fundamentais: 1- A permanência está diretamente ligada às questões materiais, as quais necessitam ser minimamente supridas e; 2- Uma vez supridas, mesmo que minimamente, as questões de sobrevivência, o estudante é liberado para usufruir das dimensões vinculadas ao pertencimento acadêmico, como fazer parte de grupos, participar de organizações políticas estudantis, compor projetos de pesquisa e extensão. Importante destacar, inclusive, que no relatório o indicador de participação em projeto de pesquisa e ou de extensão demonstra que os estudantes assistidos fazem pesquisa. Dos 723 estudantes de graduação envolvidos em projetos de pesquisa extensão registrados na universidade entre junho e setembro de 2022, 258 deles eram da Assistência Estudantil, ou seja, cerca de 36% dos graduandos pesquisadores são oriundos das classes mais pobres, fator que se repetiu no ano de 2023, ano em que, mais uma vez, a maioria dos estudantes de graduação que faziam pesquisas vinculados aos projetos institucionais mais de 30% do geral total da universidade era participante da Assistência Estudantil. Mas não só isso, os indicadores nos mostram que uma vez liberados das preocupações com a sobrevivência material os estudantes atingiram índices de rendimento acadêmico-IRA- superior a 03. Na universidade este índice é extremamente importante, pois ele qualifica o discente a participar de qualquer projeto de pesquisa. Esses números, além de colocar em cheque o imaginário da



meritocracia, nos revelam que a discussão sobre qualidade precisa fazer o enfrentamento da desigualdade socioeconômica.

RHODES (2014) nos ensina que o contato entre docentes e discentes, para além das formalidades do trabalho acadêmico e intelectual, é responsável pelo processo de afiliação e a permanência simbólica dos estudantes. A ocupação dos diferentes espaços universitários, como a pesquisa e a extensão, por exemplo, é um elemento importante de sustentação da trajetória acadêmica e de formação da identidade estudantil. O número de estudantes em projetos de pesquisas revelado pelos indicadores, nos mostra que as vulnerabilidades não são impeditivos dados, quando minimamente enfrentadas, os discentes são capazes de responder às exigências acadêmicas, e constituírem seus processos de afiliação estudantil e vinculação acadêmica. Mas esta é uma pesquisa para ser aprofundado em outro estudo.

O relatório apresenta análises que precisam ser observados no que se refere ao grupo de estudantes mães, haja vista as mesmas levarem mais tempo para concluírem seus cursos e terem, em sua grande maioria, IRA inferior a 03. Embora não seja objeto deste artigo, pensar a condição acadêmica das mães estudantes é uma necessidade urgente na UnB, quiçá em outras IFES.

É possível perceber que os indicadores definidos não se apresentam apenas como ação administrativa, mas também como uma ação política, pois se constituem em uma chave interpretativa fundamental para compreender as singularidades dos programas e ações da UnB na formulação da Assistência Estudantil e na compreensão das necessidades do corpo discente que dela necessita para estabelecer vínculos acadêmicos. Quando se lê as análises empreendidas neste terceiro relatório é possível abstrair que a trajetória formativa dos estudantes vulneráveis socioeconomicamente aparece marcada pela vontade de construção e afirmação de uma agenda de inclusão por meio de correções que fundamentam a proposição de intervenções efetivas nos processos de permanência.

Passemos ao quarto e último RELATÓRIO DA COMISSÃO PERMANENTE AÇÃO ORÇAMENTÁRIA 4002 – ASSISTÊNCIA AO



ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR (PNAES, PROMISAES e INCLUIR)- Ano Base 2023, publicado em 2024.

No ano de 2023, a UnB compreendeu a necessidade de se reforçar e aumentar significativamente os programas voltados à permanência na dimensão material. Essa decisão pode ser observada pelo aporte de recursos, na ordem de mais quarenta milhões de reais. Embora a dimensão material seja uma dimensão já consolidada nos outros relatórios, notoriamente, este último relatório explicita o empenho institucional no esforço de conceber a Assistência Estudantil de modo articulado a outras políticas. “Através de programas e ações pensados no âmbito das ações afirmativas, do apoio pedagógico, do apoio psicológico e do apoio socioeconômico” (Relatório Ano Base 2023, p: 03) os marcadores das diferenças materiais e simbólicas “aparecem sublinhados e destacados como categorias que se articulam na intersecção das atividades de ensino, pesquisa e extensão da UnB”. (Relatório de Gestão ano base 2023, p: 03). Já escrito sob a égide da Política de Assistência Estudantil aprovada e em vigência, nota-se uma preocupação em reforçar o acesso ao ensino superior como uma garantia do direito constitucional à educação.

Buscar-se-á demonstrar que o desenvolvimento acadêmico, político, social e cultural do discente atendido pela Assistência Estudantil, no percurso de sua formação, tem como princípio o reconhecimento institucional de políticas de acesso e permanência que atuam como atividades meio para a garantia das atividades fins da UnB. (Relatório Ano Base 2023, p: 10)

A dimensão pensada para assegurar este direito vincula a Assistência Estudantil a uma perspectiva dialógica, na qual concebe a estreita ligação entre as condições materiais e as necessidades simbólicas relacionadas à permanência, haja vista a compreensão de que a produção das vulnerabilidades está para além das questões econômicas. Desta feita, segundo o relatório:

A execução da Política de Assistência Estudantil é atrelada ao acesso e a permanência a partir dos fatores materiais e simbólicos que perpassam as identidades pessoal, acadêmica e profissional daqueles e daquelas atendido/as com vistas à formação e a diplomação. A assistência estudantil foi executada considerando suas múltiplas



funções: social, pedagógica, cultural e psicológica. O desafio maior foi procurar atender as necessidades dos estudantes em vulnerabilidade nestas diferentes dimensões, haja vista a renda média per capita bruta das famílias do/as estudantes atendido/as pela Assistência Estudantil nos cursos de Graduação em 2023 girar em torno de R\$ 698,96, quando se trata dos programas pecuniários e o programa alimentação. No que se refere aos programas pecuniários, a renda média cai para o valor de R\$583,15, ou seja, como em 2022, ainda é um valor inferior a meio salário-mínimo. Já para a Pós-Graduação, o valor da renda média para os que acessam alimentação e moradia, os dois programas permanentes da instituição, foi de R\$1.047,23. (Relatório Ano Base 2023, p: 09).

A construção deste discurso interseccional entre as várias categorias que compõem as dimensões simbólicas e materiais, ao longo do relatório é persistente, muitas vezes ele é evocado para reafirmar algumas concepções que foram se estruturando, desde 2021, na instituição sobre a finalidade da Assistência Estudantil. Há uma discussão sobre equidade social e justiça social, sobre Assistência Estudantil e Assistência Social de modo a consubstanciar uma perspectiva em que se coloca a Assistência Estudantil em íntima relação à vinculação acadêmica. Desta feita, a responsabilidade pela permanência é tanto uma obrigação institucional, quanto uma responsabilidade do estudante. Esta obrigação compartilhada dada pelos regimentos postos na Política de Assistência Estudantil consolida a permanência como um direito, pois “ao disponibilizar auxílios financeiros e serviços (...), oferece aos discentes a ela vinculados a intersecção entre a universalização e o exercício da cidadania através da possibilidade de efetivação do direito a ingressar, a permanecer e a se diplomar”. (Relatório Ano Base 2023, p. 09).

Quando passamos à análise dos programas e ações ofertados é possível verificar a consolidação da importância da dimensão simbólica para a permanência, principalmente quando olhamos as ações desenvolvidas pela Secretaria de Direitos Humanos- SDH, Diretoria de acessibilidade- DACES, Diretoria de Atenção a Saúde da Comunidade Universitária-DASU- e a Diretoria de Esporte e Cultura-DEAC. Com propostas que congregam ações que se inserem no campo dos esportes, da arte, da cultura, das ações afirmativas voltadas às pessoas LGBTQIAPN+, as pessoas negras e pessoas indígenas, da acessibilidade para pessoas com deficiência, do acolhimento e promoção da



saúde, a UnB, por meio do DAC e suas diretorias em conjunto com a Secretaria de Direitos Humanos, consolidou a dimensão simbólica na execução de ações e programas da Assistência Estudantil como um fator importante para minimizar tanto a produção, quanto o reforço das vulnerabilidades. É sob a égide dessa compreensão que, no ano de 2023, a organização de espaços e atividades de pertencimento universitários menos hostis como subsidiárias de uma permanência simbólica e acessível aos grupos sociais fosse possível nas suas demandas de gênero, de saúde, de acessibilidade, de raça, de classes, entre outras, e nas suas diferenças.

O relatório do ano de 2023 expressa claramente nas análises empreendidas que associar o repasse de auxílios financeiros e serviços aos estudantes à necessidade de responsabilização dos mesmos com sua trajetória na universidade produz o estreitamento dos vínculos acadêmicos. Tal estreitamento atua na dimensão simbólica quando o assunto se refere à permanência.

Assim, além de promover a permanência, a Política de AE corrobora a tese de que as barreiras de acesso à educação superior têm relação com o desempenho acadêmico, mas quando há o enfrentamento da desigualdade com políticas que procuram equalizar o atendimento as demandas materiais e objetivas atreladas ao fortalecimento da vinculação acadêmica, é possível verificar a eficácia, conforme nos reporta os dados. (Relatório Ano Base 2023, p. 65).

Com a aprovação da Política de Assistência Estudantil, alguns condicionantes para continuar sendo assistido foram aplicados. Ao contrário do que era afirmado por alguns grupos, o monitoramento feito por meio dos indicadores nos mostra que as regras aprovadas pela política referente à continuidade, ou não, nos programas, não produziu redução de IRA, aumento de desligamentos da Assistência Estudantil, maior retenção ou não diplomação, ao contrário.

Os percentuais de retenção de mais de 2 e mais de 7 semestres reduziram respectivamente de 13% para 12% e de 3,6% para 0,8% do 2023.1 para o 2023.2. Já o Indicador de Diplomação aponta que 85% dos egressos se diplomaram no 2023.2 - sete a mais que o percentual



de 2023.1. (...) Os dados refutam o argumento de que esses regramentos aumentariam a retenção na Universidade e a evasão, já que há indícios que o controle e o acompanhamento parecem ter favorecido a diplomação. (Relatório Ano Base 2023, p: 65).

Chama atenção no relatório alguns resultados dos indicadores. Quando olhamos os dados referentes aos estudantes com deficiência cadastrados na DACES, é possível observar a importância da dimensão simbólica na permanência qualificada, pois “No que se refere ao indicador de rendimento acadêmico, 86% dos estudantes cadastrados na DACES apresentam IRA igual ou superior a 03, representando um aumento de 0,3% em relação a 2023.1”. (Relatório de Gestão ano base 2023, p.72). Mas não só isso, “O índice de diplomação em 2023.2 foi de 100%, evidenciando que todos os estudantes cadastrados na DACES egressos foram diplomados” (Relatório Ano Base 2023, p. 73). Tais resultados sugerem uma relação direta com as atividades e serviços prestados pela Diretoria por meio das ações e projetos desenvolvidos para assistir ao estudante e auxiliá-lo na convivência diária em um espaço menos excludente, haja vista a atuação estar vinculada à perspectiva de produção da acessibilidade acadêmica, territorial, corporal, sensorial, entre outras, no meio universitário. Mais ainda, os dados demonstram que as deficiências, embora sejam fatores de exclusão, quando tratadas as exigências necessárias para à acessibilidade, deixam de ser impeditivas para a permanência qualificada e a diplomação.

A percepção da necessidade de diferentes ações e projetos, explicitadas no relatório, chama a atenção, embora ainda reconheça que a Assistência Estudantil, com exceção do programa alimentação, não atende a todos e tem que “lidar com caráter focal, residual e seletivo nos demais, programas para todos os estudantes que se enquadram no perfil de vulnerabilidade socioeconômica em virtude da insuficiência de recursos repassados pelo Governo Federal para a Assistência Estudantil” (Relatório Ano Base 2023, p: 72). Mas, mesmo com esta limitação, os dados lançados no relatório demonstram a efetividade, ainda que insuficientes os recursos, para o reforço da vinculação



acadêmica de modo que os estudantes assistidos se integraram nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Outro fator que merece destaque são os atores envolvidos no processo de elaboração do relatório. Construído a muitas mãos, as análises presentes no relatório revelam uma preocupação com a abordagem quantitativa e qualitativa de dimensões que não foram suscitadas nos relatórios anteriores. Todos os programas e ações possuem descrição detalhada seguida de análises que procuram evocar um discurso no qual emergem as vozes portadoras de experiências e perspectivas singulares, resultante de ações multifacetadas e cruciais, narrativas mobilizadoras que tornam visíveis experiências institucionais na procura de uma Assistência Estudantil consequente que reduza a exclusão dos discentes no interior dos espaços universitários.

Chama a atenção algumas inovações, haja vista o relatório apresentar diferentes relatos da Situação Acadêmica dos Participantes de Programas Regulares da DDS financiados pelo PNAES, do perfil dos estudantes dos auxílios Moradia e PASE da DDS – SIG, das avaliações socioeconômicas.

O relatório não segue um determinismo rígido, e nem é fruto de uma causalidade estrutural. A formação discursiva que o constitui não é uma, mecânica monolítica e meramente institucional. Ao contrário, é heterogênea, haja vista ser portador de um discurso legítimo, pois a voz de cada relato ali presente é resultado de um deslocamento contínuo nas fronteiras dos inúmeros confrontos político-sociais na compreensão da função social da Assistência Estudantil nas diversas instâncias administrativas e pedagógicas da UnB. Os relatos são importantes, porque são produzidos pelas equipes de execução; porque revelam uma análise da ação diária daquele que executa cotidianamente os programas; porque demonstram o impacto da Política de Assistência Estudantil no quadro da permanência e da formação como uma força mobilizadora capaz de desconstruir prejulgamentos e as incertezas acerca da presença dos grupos vulneráveis na universidade.

A formação discursiva deste último relatório ratifica, sem reificar, o modo de inscrição de um processo histórico pelo qual o relato textual institui uma



regularidade enunciativa do contexto social, histórico e político do lugar do qual ele fala em relação aos diferentes lugares e temporalidades da formação social dos sentidos e significados da Assistência Estudantil. (Orlandi, 1988)

Por fim, os relatórios são enunciados, nos termos foucaultianos, são acontecimentos singulares, portadores de discursos repetitivos, mas que ao mesmo tempo conformam discursos e práticas afetos à transformação. Os enunciados diferentes na forma e estrutura, dispostos no período entre 2018 a 2023, formam um conjunto que se refere à execução da Assistência Estudantil. Em cada relatório se encadeia uma narrativa histórica que atribui sentidos e significados aos programas, projetos e ações por meio de uma formação discursiva que articula o direito à educação superior circunscrito ao debate da Universidade como um espaço possível de ser usufruído pelos segmentos sociais mais vulneráveis socioeconomicamente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os relatórios nos revelam a emergência de uma trajetória da Assistência Estudantil forjada na confluência de diferentes movimentos internos da administração, com significativa participação de diversos setores da universidade, bem como as estratégias capilares de um pensar cotidiano sobre a necessidade de garantir a efetividade da formação por meio das políticas de acesso e permanência. Eles fazem emergir as subjetividades, nas quais se colocam complexas ressignificações da concepção dos sentidos e significados da Assistência Estudantil.

A análise desses documentos se instituiu com o intuito de visibilizar a perspectiva sobre a Assistência Estudantil na UnB, tendo como horizonte a emergência de uma prática polifônica na produção de sentidos e significados institucionais. Sentidos e significados estes que expõem a história de uma trajetória que, quando revisitada nesses relatórios, torna-se mais do que uma ação administrativa direta, constitui-se como a construção de uma compreensão política de afirmação da necessidade do entendimento de que o direito à



educação superior está indelevelmente marcado por uma compreensão sistêmica composta pelo acesso, pela permanência e pela formação.

Se de acordo com Foucault (1972), a análise do campo discursivo se justifica para “compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de seu acontecimento; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa; de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado; de mostrar que outras formas de enunciação exclui (...) deve-se mostrar por que não poderia ser outro, em que exclui a qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar” (Foucault, 1972), os relatórios não apenas oferecem uma visão de experiências institucionais na execução da Assistência Estudantil. Eles se configuram como documentos históricos e políticos nos quais estão inscritas narrativas coletivas acerca de uma história da tentativa de construção de uma política de formação menos excludente na experimentação do ensino superior.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Wilson Mesquita. Desigualdades Educacionais. In: ZIMERMAN, Artur (Org.). **Os 'Brasis' e suas Desigualdades**. 1a. ed. São Bernardo do Campo: Editora da UFABC, 2017, p.03-26.

ANDIFES [ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR]. **V Pesquisa Nacional do Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos(as) das Universidades Federais**. Brasília, DF: 2019. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/v-pesquisa-nacional-de-perfil-socioeconomico-e-cultural-dos-as-graduandos-as-das-ifes-2018/> Acesso em: 27 abr. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. [recurso eletrônico] — Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, 2024. eBook (284 p.). Acesso em 12 de maio de 2025.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Acesso em 12 de maio de 2025.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 27 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)**. Recuperado em 23 de julho <http://www2.planalto.gov.br/presidencia/legislacao>.

BRASIL. **Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010 Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm Acesso em: 20 maio. 2025.

BRASIL. **Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007 Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=1&pagina=39&data=13/12/2007&captchafield=firstAccess>. Acesso em 23 de maio de 2025.

BRASIL. **Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012 Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm Acesso em: 20 maio. 2025.

BRASIL. **Lei Federal n. 14.723, de 13 de novembro de 2023. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para**



o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública.

BRASIL. **Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024 Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)**. Disponível em: <https://dds.dac.unb.br/leis-e-decretos/>

BORI, Carolina M.; DURHAM, Eunice R. (Sup. Geral). **Eqüidade e heterogeneidade no ensino superior brasileiro Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000**. Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/resultados.asp?subcat=24>>. Acesso em: 20. jun. 2025

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. 9º. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Petrópolis, Vozes, 1972.

GOUVEIA, Aparecida Joly. **Democratização do Ensino Superior**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, DF, v. 50, n. 112, p. 232-244, out./dez. 1968.

GRIGNON, Claude; GRUEL, Louis. **La vie étudiante Paris**: Presses Universitaires de France, 1999.

ORLANDI, Eni P. O inteligível, o interpretável e o compreensível. In: ORLANDI org. **Discurso e Leitura**. São Paulo, Cortez e Editora da Unicamp, 1988.

PACHECO, Eliezer; RISTOFF, Dilvo I. Educação Superior: Democratizando o Acesso. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 9, n. 4, 2004. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/1284>. Acesso em: 10 jun. 2025.

PORTES, Écio Antônio. **Trajetórias escolares e vida acadêmica do estudante pobre da UFMG: um estudo a partir de cinco casos**. Tese (Doutorado em Educação). Belo Horizonte: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2001.

PORTES, Écio Antônio. Algumas dimensões culturais da trajetória de estudantes pobres no ensino superior público: o caso da UFMG. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 87, n. 216, p. 220-235, maio/ago. 2006.

RHODES, Carine de Almeida Arruda. **Crônicas do Cotidiano Universitário: Um Estudo Sobre os Sentidos da Experiência da Graduação no Discurso**



de um Grupo de Acadêmicos da Universidade Federal do Paraná.

Dissertação (Mestrado em Psicologia). Curitiba: Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Paraná, 2014.

UnB- Ato do Decano de Assuntos Comunitários nº02/2022 Cria o Núcleo de Estatística do DAC. Disponível em processo SEI nº23106.002071/2022-88. Acesso em 12 de maio de 2025.

UnB- RELATÓRIO DOS ESTUDANTES DA GRADUAÇÃO PARTICIPANTES DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL POR PROGRAMAS, CAMPI E CURSOS 2018 A 2021 – Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.dac.unb.br/images/Artigos/Documentos/Relatorio_Assistencia_Estudantil_2018-2021.pdf. Acesso em 21 de maio de 2025.

UnB- RELATÓRIO SOBRE A EXECUÇÃO DOS RECURSOS DA AÇÃO 4002 (PNAES E INCLUIR) ano base 2021- Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.dac.unb.br/images/Artigos/Documentos/Relatorio_Final_da_A%C3%A7%C3%A3o_4002_2021.pdf. Acesso em 21 de maio de 2025.

UnB- RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DOS RECURSOS DA AÇÃO 4002 (PNAES, PROMISAES e INCLUIR) Ano Base 2022. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.dac.unb.br/images/Relatorio_2022_Comissao_Permanente_Acao_4002.pdf Acesso em 23 de maio de 2025.

UNB- Relatório da Comissão Permanente Ação Orçamentária 4002 – Assistência ao Estudante do Ensino Superior (PNAES, PROMISAES e INCLUIR)- Ano Base 2023. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.dac.unb.br/images/RELATRIO_AO_4002_2023_F.pdf. Acesso em 19 de maio de 2025.

UnB- Resolução do conselho de administração nº 0025/2023 Estabelecer a Política de Assistência Estudantil da Universidade de Brasília. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://dds.dac.unb.br/wp-content/uploads/2025/02/Politica_de_Assistencia_Estudantil_da_Universidade_de_Brasilia.pdf. Acesso em 19 de maio de 2025.